

# Que queremos da Constituinte?

ANC 88  
Pasta Jun/85  
101/1985

Não se pode deixar de encarar sem pessimismo o futuro político do País. A partir dos próximos dias, quando o Presidente da República deverá mandar ao Congresso a mensagem de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, estará em curso o processo que vai levar-nos a uma nova Constituição.

É ocioso discutir a oportunidade, e menos ainda a utilidade da Constituinte. Vamos a ela porque o povo pediu, como vimos nas coloridas manifestações da Candelária e da Praça da Sé, para ficar só nas duas, nos grandes comícios pelas eleições diretas. A Constituição, que a Constituinte vai redigir e aprovar em nome dos mais de 120 milhões de brasileiros, deveria substanciar, idealmente, os princípios segundo os quais desejamos viver.

A Constituição, para ser legítima, há de ser a síntese das aspirações nacionais. Ora, pesquisa recente, feita no Rio, demonstrou que na população, tida entre as mais politizadas do País, a maioria ignora o que venha a ser uma Assembleia Nacional Constituinte. Que dizer então, das aspirações nacionais? Quais são essas aspirações? Quem as representa?

Numa democracia, o canal natural, o estuário da vontade nacional seriam os partidos. "É, com efeito, ilusão ou hipocrisia — ensina Hans Kelsen —, sustentar que a democracia é possível sem partidos políticos. A democracia é, necessariamente e inevitavelmente, um estado de partidos."

Ora, se não sabemos o que é Constituinte, senão sabemos quais são as aspirações nacionais e não temos partidos, como imaginar bom desfecho para o quadro que temos diante de nós?

Disse o Presidente da República, em sua entrevista coletiva à imprensa, que vamos, neste período, fazer a mística da Constituinte. É bom. Aproveitaria muito, a todos os brasileiros, um amplo debate sobre Constituinte e Constituição, Estado e Governo, Federação e

cidadania. Mas, antes de qualquer outra, a mística de que precisamos é a da Lei. A Lei deve resultar do consenso, nenhuma lei pode antepor-se à vontade comum. E, talvez porque tenhamos cultivado, sobretudo nos últimos anos, o vício de pôr em vigor leis sem consulta ao povo, a legitimidade do quadro legal é frequentemente questionada. Leis, portarias, decretos, o que seja, têm sido sancionados com impressionante leviandade. E, com igual leviandade, descumpridos. Um dia, somos notificados de que o cinto de segurança é obrigatório em todo o território nacional. Nos primeiros dias, alguns usavam, outros não. Depois de um confuso período, ficou o dito pelo não dito. Não se usa mais, está acabado. Talvez seja por isso que o exame da nossa História dê razão à frase atribuída a Getúlio Vargas: "A Constituição é como as virgens. Foi feita para ser violada".

Com um quadro partidário como o nosso, como esperar que as propostas discutidas e votadas na Assembleia Nacional Constituinte representem, de fato, as aspirações nacionais?

O programa dos partidos anuncia princípios que todos prometem adotar. Em muitos casos, os programas pouco ou nada diferem; e, com frequência, as figuras de proa dos partidos seguramente não acreditam, não se sentem comprometidas, sinceramente, com as posições ali propostas. Adere-se a um partido, não porque se acredite no seu programa. Adere-se porque por ali é mais fácil chegar ao poder. O Deputado Timóteo, por exemplo, pode ser moreno, mas de socialista com certeza não tem nada. O PDT deve eleger, nas próximas eleições nas capitais, os prefeitos de Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba. Significará isto, por acaso, que o Sul está ameaçado de nova e inesperada enchente, desta vez socialista-morena? Seguramente, não. A enchente é de oportunismo. Espere, apenas, que a União não tenha que socorrer as vítimas.

WALTER FONTOURA

Diretor da Sucursal de São Paulo do GLOBO